

## GESTÃO DO CONHECIMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: RESULTADOS DA PESQUISA IPEA 2014 – GRAU DE EXTERNALIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO

**Fábio Ferreira Batista**

Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Dides) do Ipea e professor do Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação (MGCTI) da Universidade Católica de Brasília (UCB)

Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Dides) do Ipea e professor do Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação (MGCTI) da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Este estudo tem como objetivo, em primeiro lugar, analisar a situação atual da externalização e da formalização da gestão do conhecimento (CG) em 81 organizações do Executivo, do Legislativo e do Judiciário federais, bem como do Ministério Público, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com base nos resultados da Pesquisa Ipea 2014 de GC, realizada no período de dezembro de 2013 a agosto de 2014. O trabalho também compara o que mudou nos últimos dez anos em dezoito organizações da administração direta do Executivo federal que participaram das pesquisas realizadas pelo Ipea em 2004 e 2014. Finalmente, calcando-se na análise dos resultados encontrados, são apresentados desafios futuros para institucionalizar a GC na administração pública – isto é, para que este método de gestão passe a fazer parte da maneira de trabalhar das organizações.

Os resultados do trabalho apontam que: *i)* não houve avanço significativo na externalização e na institucionalização da GC nas dezoito organizações da administração direta nos últimos dez anos; *ii)* as organizações que estão, atualmente, no estágio avançado de externalização e formalização da GC já progrediram muito no sentido de implementar este método de gestão de maneira organizada, sistemática, intencional e estratégica, com objetivos, iniciativas, recursos alocados, resultados e indicadores concretos; *iii)* as instituições que estão no estágio intermediário, em 2014, já mostram progressos significativos também nesta direção; e *iv)* a maioria das organizações da administração pública federal

está ainda, nos dias de hoje, no estágio inicial de externalização e formalização – isto é, não considera, a curto prazo, a GC como tema estratégico, ou, até então, conta com iniciativas muito incipientes ou, em muitos casos, ainda não tem iniciativas.

O texto apresenta, entre outros, os seguintes desafios para a institucionalização da GC na administração pública: *i)* observar as recomendações propostas pelo estudo do Ipea de 2005; *ii)* promover o intercâmbio de experiências entre as organizações menos avançadas em GC com as instituições federais e estaduais em estágios mais avançados; *iii)* utilizar fontes externas de aprendizagem – por exemplo, a experiência do governo do Canadá, que é, hoje, importante referência de institucionalização da GC na esfera pública; e *iv)* tratar o tema de maneira estratégica mediante a vinculação de um programa de GC na administração pública à Casa Civil (CC) da Presidência da República (PR), com a determinação expressa – por parte do presidente da República – de sua adoção por todos os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional; e *v)* a inclusão do programa de GC como programa específico no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.